

---

## HOMEM-NATUREZA: UMA RELAÇÃO CONFLITANTE AO LONGO DA HISTÓRIA

GONÇALVES, Júlio César<sup>1</sup>

Este texto surgiu como resultado de uma pesquisa pessoal na tentativa de buscar algumas respostas a diversos questionamentos que surgiram em um bate-papo entre alguns amigos da Pós-Graduação em *Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação Ambiental e Gerenciamento de Recursos Hídricos*, pela UNESP de Presidente Prudente.

Na ocasião, a discussão girava em torno da pergunta: Por que o homem está cada dia menos preocupado com o meio ambiente, seu habitat? E outra pergunta emergiu, antes mesmo que tentássemos responder à primeira: Desde quando o homem tem olhado a natureza desta forma? Foi o suficiente...

Entre questionamentos e respostas, tentamos analisar, do ponto de vista histórico, as interações humanas em seu meio ambiente (entenda por meio ambiente não apenas os aspectos naturais, mas também o espaço de relações entre os homens).

Não é de hoje que ouvimos falar das grandes ameaças que o planeta vem sofrendo por conta da interferência direta do ser humano na natureza com fins na extração de recursos naturais, matéria-prima e pela obtenção de alguma vantagem.

Da mesma forma que tal interferência não é nova, a relação homem-natureza também não o é, pelo contrário, é tão antiga quanto a própria existência humana na Terra. O que se pode perceber é a ocorrência de uma mudança na *visão-de-mundo* do homem no decorrer da história e, por conseqüência, de sua ação no meio natural, uma vez que a natureza não está dissociada da história da humanidade nem tampouco das manifestações culturais que a cerca, se entendermos por cultura, grosso modo, a intervenção humana no que é natural.

Os grandes problemas tão divulgados pelos veículos de comunicação, tais como: os desmatamentos, a desertificação, a perda da biodiversidade, a depleção da camada de ozônio, o efeito estufa, o superaquecimento global, a crise da água potável, o crescimento demográfico e a cultura consumista, a produção de enormes quantidades de lixo, a biopirataria e tantos outros complicadores, surgem pela autodesignação do

---

homem como dominador da natureza. Contudo, podemos perceber que nem sempre foi assim.

No princípio as relações do homem com a natureza eram permeadas de mitos, rituais e magia, pois se tratava de relações divinas. Para cada fenômeno natural havia um deus, uma entidade responsável e organizadora da vida no planeta: o deus do sol, do mar, da Terra, dos ventos, das chuvas, dos rios, das pedras, das plantações, dos raios e trovões etc. O medo da vingança dos deuses era o moderador do comportamento dessas pessoas, impedindo uma intervenção desastrosa, ou, sem uma justificativa plausível ante a destruição natural.

Para cortar uma árvore, por exemplo, havia a necessidade de uma justificativa que assegurasse, no mínimo, a sobrevivência – como a construção de uma casa ou de um barco. Rituais eram utilizados para “se desculpar” pelo ato tão cruel que estava sendo cometido. Natureza e homem era a mesma coisa.

Com a evolução da espécie humana, o homem *arrancou* os deuses da natureza e passou a destruí-la como se ele próprio fosse divino, cheio de poderes absolutos. A partir de então, a natureza começou a perder o seu status de *mãe da vida*. O desejo desenfreado pelo poder e pelo dinheiro, fez com que o homem mudasse sua concepção como parte do natural. Natureza e homem passaram a ser duas coisas distintas.

Marilena Chauí (2003) relata que esta dicotomia nas relações homem-natureza é datada a partir do século XVIII – muito embora encontramos fatos anteriores à data estipulada pela autora que, talvez tomou este ponto da história, através de um marco específico.

Até então, predominava a idéia de que a ação humana deveria existir para assegurar um aperfeiçoamento à própria natureza do homem, isto é, tais ações do homem constituíam-se “a intervenção deliberada e voluntária dos homens sobre a natureza de alguém para torná-la conforme aos valores de sua sociedade” (CHAUÍ, 2003, p. 47).

Desse modo, a intervenção humana na natureza (como meio externo ou como essência, característica de si mesmo) é chamada de cultura, uma vez que a palavra cultura tem por significado *o cuidado do homem com a natureza, cultivo*. Diante desta perspectiva, a cultura era a *moral* (quando se trata dos costumes da sociedade), a *ética* (a conduta e o caráter das pessoas através da modelagem do seu *ethos* natural pela

---

educação) e a *política* (as instituições humanas, o poder, a participação do cidadão nas decisões da cidade).

Após o século XVIII,

Cultura, porém, ganha um novo sentido, passando a significar *os resultados* daquela formação ou educação dos seres humanos, de seu trabalho e de sua sociabilidade, resultados expressos em obras, feitos, ações e instituições: as artes, as ciências, a filosofia, os ofícios, a religião e o Estado. (CHAUÍ, 2003, p.48).

Segundo Márcio Luiz Quaranta-Gonçalves (2007, p. 47), o nível de intervenção do homem na natureza (ou cultura), é tão grande que se torna quase impossível encontrar natureza ou ecossistemas puros. “[...] Há vestígios da ação humana por toda parte, muitas vezes criando belas paisagens que parecem naturais; e também locais feios, desarmônicos, como as imensas monoculturas”.

Podemos, contudo, observar mudanças significativas no “padrão” de comportamento do ser humano em diversas épocas da história. Foi na Grécia antiga – há mais ou menos 2600 anos – que o olhar do homem se dirigiu à natureza de maneira racional, não utilizando mais as explicações e justificativas míticas. Os *primeiros filósofos* – como são chamados os pensadores da natureza, os pré-socráticos – buscaram uma explicação racional para a origem de todas as coisas a partir da natureza, uma vez que a considerava *genitora* de todo o universo, ou seja, eles queriam saber qual era o primeiro elemento (*a arqué*), a partir da qual se compõem e decompõem as demais coisas.

Tales de Mileto (623-546 a.C.), considerado o primeiro filósofo da cultura ocidental e um dos sete sábios gregos, concebia a água como princípio do *cosmos*<sup>2</sup>, *arqué* de tudo é a água. Anaxímenes (588-524 a.C.) elege como substância primordial o ar que, de acordo com um maior o menor grau de condensação e pela oposição frio-calor (advinda dessa condensação), transforma-se em outros elementos (fogo, terra, pedras, água etc).

Um destaque merece ser dado a Heráclito de Éfeso (540-480 a.C. – descendente do fundador da cidade e, portanto, pertencente à realeza), que concebe o cosmos e tudo o que nele existe como devir e movimento, isto é, ele percebe a realidade do mundo como algo dinâmico, em constante modificação. É dele a famosa máxima

---

“não se pode entrar duas vezes num mesmo rio”, pois entendia que nem o rio seria o mesmo, nem a pessoa que nele mergulhasse.

Do pensamento de Heráclito e dos eleáticos<sup>3</sup> surge a filosofia mecanicista e o atomismo, com a concepção de que tudo o que existe no Universo nasce, ou da necessidade, ou da contingência, isto é, nada nasce do nada, nada retorna ao nada. Tudo tem uma causa. Dessa concepção podemos destacar Empédocles (490-430 a.C.) que considerava a existência de quatro substâncias originais que seriam as raízes de todas as coisas: o fogo, o ar, a água e a terra. Algumas partículas dessas substâncias se combinam (graças à força do amor – *eros*) ou discordam (força do ódio – *neikos*), gerando todas as demais coisas que existem.

Ainda nessa mesma linha de pensamento, surge Demócrito (460-370 a.C.) com a idéia dos átomos (menor partícula, invisível e indivisível, que forma toda a realidade). Para este pensador os átomos se movimentam no vazio (vácuo) e, este movimento é tão violento que, quando se chocam, ocorrem as combinações (aglomerações) e, desta, a pluralidade das coisas. Com a aglomeração os átomos tornam-se perceptíveis e com a disjunção, imperceptíveis, ou seja, um átomo nunca deixa de existir, apenas se torna não perceptível. Complementares ou diferentes, as teorias dos pré-socráticos, pendiam ao estudo da natureza, pois esta tinha relação direta com os seres.

Com o surgimento das cidades-Estado gregas, a natureza é deixada de lado nas principais discussões, sendo substituída pela temática do homem (ética, política, costumes, enfim, o comportamento humano – período antropológico). Platão traz a discussão dicotômica dos mundos inteligível e sensível, onde o primeiro (mundo das idéias) deveria opor-se ao segundo, da natureza sensível<sup>4</sup>, que era considerado como uma cópia imperfeita do original.

Com Aristóteles esta dicotomia não permanece, pois para esse filósofo a natureza é o mundo real e verdadeiro cuja essência é a multiplicidade e a mutabilidade. Ao contrário de seu mestre Platão, Aristóteles aceitava como forma de conhecimento tudo o que se vê, e tudo o que se sente para a compreensão da realidade sensível.

O período helenístico (última fase da filosofia grega, coincidente com o desaparecimento da polis como centro político, em que a Grécia se encontra sob o poderio do Império Romano) é marcado pela elaboração de grandes sistemas filosóficos sobre a natureza e o homem, com destaque entre ambos e deles com a divindade.

---

Para o estoicismo<sup>5</sup> o Universo é um sistema vivo, no qual Deus está sempre presente na matéria (imanência), de forma a ser a alma do mundo. O mundo e todas as coisas do mundo nascem de uma matéria-substrato qualificada, através do *logos* imanente que, em si, é uno, mas capaz de diferenciar-se nas infinitas coisas. O *logos* é como o *sêmen de todas as coisas* e Deus é a *razão seminal* do cosmos. “Dado que o princípio ativo, que é Deus, é inseparável da matéria e como não existe matéria sem forma, Deus está em tudo e Deus é tudo. Deus coincide com o cosmos” (REALE, 1990, p.257).

Na Idade Média, o cristianismo distancia ainda mais o homem da natureza, distancia o espírito da matéria. Santo Agostinho (Doutor da Igreja, Bispo de Hipona) “converte” ao cristianismo as idéias platônicas, colocando em segundo plano a natureza. Para este filósofo a verdade e o verdadeiro conhecimento das coisas e de Deus, não se encontra no meio natural, como afirmavam as teorias estóicas, mas, dentro do próprio ser humano. “[...] Não busque fora de ti [...]; entra em ti mesmo. A verdade está no interior da alma humana”. (Ibid., p.440).

Com o Renascimento o homem se coloca no centro do Universo (Antropocentrismo), consagrando a si mesmo um poder absoluto sobre a natureza. A ciência, munida de técnicas mais avançadas de observação e questionamento do mundo, como o método científico inspirado na filosofia de Bacon e de Descartes, na matemática e física de Galileu e Kepler (e depois, de Newton), passa a considerar a natureza sem alma, sem vida, mecânica, geométrica. O homem perdeu o conceito divino de integração com a natureza.

No século XIX, Darwin elabora uma teoria evolutiva baseado no processo de seleção natural em que somente os indivíduos aptos sobreviveriam às mudanças naturais do meio e, no século XX, a Ecologia resgata a preocupação, relegada aos povos primitivos e ao pensamento mítico, para as conseqüências do progresso científico e tecnológico sobre o meio ambiente.

Há esperanças! Segundo Quaranta-Gonçalves, a Ciência de hoje já começou a mudar a sua visão mecanicista e utilitarista com relação ao mundo.

Em vez de um mundo ao qual o homem era estranho, situado em seu exterior como um observador, modelo da Ciência clássica, chega-se a um novo modelo de Ciência que situa o homem no mundo por ela descrito. A natureza parte do indeterminismo, espontaneidade e

---

criatividade, e se auto-organiza; alimenta-se da desordem e da incerteza, age de maneira flexível e aberta, sem planos definitivos, abre-se às novidades e singularidades; suas leis parecem evoluir com o Cosmo e não tratam mais de certezas morais, e sim de possibilidades; afirmam o devir, e não mais somente o ser. (QUARANTA-GONÇALVES, 2007, p.54).

Pode-se perceber que, entre os meandrosos caminhos do pensamento humano no decorrer da história, há a necessidade de revalorizar a integração humana da sua natureza interior com a natureza exterior, da qual nunca deixou de fazer parte – embora assim o tentasse. Para tanto, se faz *myster* uma nova postura diante de si mesmo, do outro e da natureza, uma postura ética, já que a questão central da ética é “como devo agir perante os outros?”. As ações humanas sobre o meio natural devem ser realizadas com cautela e responsabilidade.

O filósofo Hans Jonas formulou um *Princípio de Responsabilidade* – um imperativo categórico relativo a uma humanidade frágil e perecível, objeto de inquietantes tecnologias, com a qual se encerra esta discussão: Agir de modo que os efeitos da ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a Terra. Agir de modo que os efeitos da ação não destruam a possibilidade futura de vida humana. Não comprometer as condições de sobrevivência indefinida da humanidade da Terra. Incluir nas escolhas atuais a integridade futura do homem como objeto secundário do querer.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, Marilena. Natureza, cultura, patrimônio ambiental. In: DUARTE, Ana Lúcia (coord.). **Meio ambiente: patrimônio cultural da USP**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Comissão de Patrimônio Cultural, 2003.

QUARANTA-GONÇALVES, Márcio Luiz. Pequeno histórico da relação homem-natureza: da *physis* à teoria de Gaia, o empobrecimento da noção de ser humano. In.: **Filosofia, ciência e vida**. São Paulo. n. 13, Abr. 2007.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. **História da filosofia: Antigüidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus, 1990.

---

1 Pós-graduando em Metodologia do Ensino Superior pela Unisalesiano / Lins, licenciado em Filosofia pela Universidade do Sagrado Coração / Bauru e Professor de Filosofia Geral, Jurídica, Antropologia, Sociologia Geral e do Direito e Ética, da Faculdade de Presidente Prudente e da Faculdade de Presidente Epitácio (UNIESP).

<sup>2</sup> Cosmos provém do grego *kósmos* – ordem, conveniência, organização, ordem do universo, mundo.

<sup>3</sup> Escola filosófica que teve como tese principal a idéia de imutabilidade do ser e a redução da diversidade e do movimento às impressões subjetivas dos sentidos, contrapondo o pensamento de Heráclito. Dentre os principais pensadores desta escola, destaca-se Parmênides.

<sup>4</sup> Esta idéia fica clara com a teoria do conhecimento de Platão, que rejeita todo saber advindo das coisas sensíveis, da percepção. Para ele o conhecimento verdadeiro (*episteme*) está em transcender este nível de conhecimento (*doxa* – opinião).

<sup>5</sup> Escola filosófica da época helenística.

## SABER ACADÊMICO